

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 45/2023-PGJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Consumidor e Idoso, o Núcleo de Recuperação e Falência - NUREF e estabelece suas normas de atuação.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, incisos V e XII, alínea k, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna conforme os ditames da justiça social, observando, dentre alguns princípios, a função social da propriedade e a redução das desigualdades regionais e sociais;

CONSIDERANDO que a aplicação ineficaz das ferramentas legais do sistema de insolvência empresarial gera prejuízos sociais gravíssimos, seja pelo encerramento de atividades viáveis, com a perda dos potenciais empregos, tributos e riquezas, seja pela manutenção artificial do funcionamento de empresas inviáveis, circunstância que impede a produção de benefícios econômicos e sociais e atua em prejuízo do interesse da sociedade e do adequado funcionamento da economia;

CONSIDERANDO a necessidade de gerar mecanismos de apoio às atividades dos órgãos de execução presentes nas comarcas do Estado, propiciando uma ação conjunta, organizada e eficaz para a efetividade dos direitos garantidos pelo ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atribuição atrelada ao interesse público que decorre da função social da empresa;

CONSIDERANDO o reconhecimento de que a atuação especializada nos processos de recuperação judicial e de falência de empresas atende de forma mais eficiente e satisfatória o interesse público a eles afetos;

CONSIDERANDO objetivo aprimorar e aperfeiçoar a atuação do Ministério Público nas causas relacionadas ao tema;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023, em art. 50, estabeleceu o seguinte: “Sem prejuízo da autonomia institucional, cada ramo e unidade do Ministério Público adaptará e aprimorará sua disciplina normativa e de natureza administrativa para garantir estrutura adequada e especializada visando atender aos objetivos desta Recomendação”.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Da Criação do Núcleo

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Consumidor e Idoso, em caráter permanente, o Núcleo de Recuperação e Falência – NUREF, com o objetivo de promover, mediante auxílio, a atuação articulada e uniforme dos órgãos de execução do Ministério Público para a consecução dos objetivos preconizados na Lei n. 11.101/2005 e Recomendação n. 102/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público, propiciando uma ação organizada e eficaz para a tutela da função social da empresa;

CAPÍTULO II

Da Coordenação



Art. 2º O Procurador de Justiça Coordenador Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Consumidor e Idoso, exercerá a coordenação geral e um Promotor de Justiça designado exercerá a coordenação adjunta do Núcleo de Recuperação e Falência – NUREF.

§ 1º Em caso de afastamento, férias, licença ou ausência do Coordenador-Geral, este será substituído pelo Coordenador Adjunto.

§ 2º O Coordenador providenciará apoio à Escola Superior do Ministério Público (ESMP) para a realização de cursos de atualização e capacitação a serem ofertados a membros do Ministério Público, assessores e estagiários lotados nas Procuradorias e Promotorias de Justiça com atribuição na matéria, mantendo discussão constante, visando a atuação articulada e uniforme dos órgãos de execução no aprimoramento da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas, sem prejuízo da independência funcional.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos e das Atribuições do Núcleo de Recuperação e Falência

Art. 3º O Núcleo de Recuperação e Falência – NUREF tem por objetivo a orientação e o aperfeiçoamento dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no emprego da Lei de Recuperação Judicial e Falências de empresas e em situações correlatas e assemelhadas, visando a salvaguardar o interesse público que decorre da necessidade de aplicar eficazmente as ferramentas legais do sistema de insolvência empresarial, a fim de evitar ou reduzir e minimizar os prejuízos sociais que dela possam advir.

Parágrafo único. A atuação a que se refere o caput terá por parâmetros:

I – o equilíbrio entre as noções de encerramento de atividades econômicas viáveis e a manutenção artificial do funcionamento de empresas inviáveis;

II – o risco da perda dos potenciais empregos, tributos e riquezas, que impedem a produção de benefícios econômicos e sociais, e que atua em prejuízo do interesse da sociedade e do adequado funcionamento da economia; e

III – a defesa dos direitos sociais decorrentes de eventuais prejuízos ameaçados ou causados pela insolvência empresarial.

Art. 4º São atribuições do Núcleo de Recuperação e Falência – NUREF:

I – prestar auxílio ao Promotor de Justiça natural na adoção de medidas legais cabíveis em procedimentos extrajudiciais e ações judiciais, de maneira consultiva;

II – prestar auxílio ao Promotor de Justiça natural na promoção das medidas legais cabíveis em procedimentos extrajudiciais e ações judiciais e, excepcionalmente, atuar em conjunto com o órgão de execução, desde que haja o consentimento do Promotor de Justiça natural;

III – promover e difundir as estatísticas de atuação do Núcleo, zelando pela sua documentação e seu armazenamento;

IV – propor a consolidação e uniformização dos posicionamentos jurídicos institucionais sobre os casos de recuperação judicial e falência de empresas, visando subsidiar a atuação dos órgãos de execução no que tange à tutela do interesse público que decorre da necessidade de aplicar de maneira eficaz os instrumentos legais do sistema de insolvência empresarial;

V – propor a celebração de convênios com instituições públicas ou privadas, visando à obtenção de subsídios técnicos aos órgãos de execução;

VI – promover pesquisas voltadas à elaboração de material técnico e jurídico para subsidiar o trabalho dos órgãos de execução;

VII – fomentar junto à Escola Superior do Ministério Público a realização de cursos de atualização e capacitação, congressos, seminários, conferências e ações de treinamento e desenvolvimento em geral, a serem ofertados a membros do Ministério Público, assessores e estagiários com atribuição na área de atuação do Núcleo;

VIII – ministrar campanhas para conscientização da sociedade do papel que desempenha o Ministério Público nos processos que lidam com a crise da empresa, com destaque para a proteção e a defesa do interesse público e da função social da empresa, haja vista a repercussão imediata e direta nos potenciais empregos, tributos, riquezas e na redução das desigualdades regionais e sociais;

IX – propor a edição e a publicação de revistas, livros, boletins, cartilhas e material de divulgação, além de produzir relatórios e notas técnicas, com o objetivo de orientar a atuação dos membros do Ministério Público nos processos de recuperação e de falência de empresas;

X – assistir o Coordenador do CAOCCEI, em matérias concernentes à sua área de atribuição;

XI – propor medidas que visem à racionalização dos trabalhos afetos ao Núcleo;



CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 5º. Havendo necessidade e interesse da Administração, será designado pelo Procurador-Geral de Justiça, em acréscimo ao art. 2º desta Resolução, mais um Promotor de Justiça para exercer a coordenação adjunta do NUREF, sem prejuízo da integração de outros membros designados a título de colaboração.

Art. 6º. Havendo necessidade e interesse da Administração, o NUREF poderá contar, em sua estrutura administrativa, com servidores e estagiários do quadro de serviços auxiliares do Ministério Público.

Art. 7º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 29 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6494/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, de Entrância Final, símbolo MP-24, da 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá para a 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, de Entrância Especial, símbolo MP-23 (PGA nº 09.2023.00011476-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6491/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Núcleo de Recuperação e Falência, NUREF.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6420/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 1 (um) dia de folga compensatória no dia 18.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6441/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0022554-81.2021.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 28.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6421/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 1 (um) dia de folga compensatória no dia 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6497/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista no julgamento dos Autos nº 0000003-67.2022.8.12.0003, no dia 30.11.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 5992/2023-PGJ, de 7.11.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para atuar no julgamento dos referidos autos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6422/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 3 (três) dias de folga compensatória no período de 29 a 31.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6498/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0026023-14.2016.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 1º.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6423/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 3 (três) dias de folga compensatória no período de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6424/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de folga compensatória no dia 24.11.2023, por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares em 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6425/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 1 (um) dia de folga compensatória no dia 24.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6426/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 1 (um) dia de folga compensatória no dia 24.11.2023, por ter coadjuvado a 8ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6427/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6428/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6429/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto 1 (um) dia de folga compensatória no dia 13.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6430/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2011 a 6.1.2012, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6431/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6432/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 3 (três) dias de folga compensatória no período de 11 a 13.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2006 a 6.1.2007, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6433/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 4 (quatro) dias de folga compensatória no período de 4 a 7.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1561/2023/PJ, DE 23.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Helton Fonseca Bernardes, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO
2022/2023	10	15 a 24.2.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1526/2023/PJ, DE 21.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Barbosa da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	10 a 19.1.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1558/2023/PGJ, DE 23.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciano Anechini Lara Leite, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1560/2023/PGJ, DE 23.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	9	11 a 19.12.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1562/2023/PGJ, DE 23.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciano Anechini Lara Leite, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	20 a 29.11.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****AVISO Nº 3/2023/CPJ**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso XXXI, § 3º, inciso IV, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, **convoca** os senhores membros do Colégio de Procuradores de Justiça para a **Reunião Extraordinária** desse colegiado que se realizará no dia **29 de novembro de 2023 (quarta-feira), às 17 horas**, presencial ou por teleconferência, no plenário do Colégio de Procuradores de Justiça.

Campo Grande, 29 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

7. Processos:

7.1. Recurso - Procedimento Administrativo Disciplinar nº PGJ/10/1670/2017 – SIGILOSO

Relator: Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi.

Revisora: Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra.

Advogada: Noely Gonçalves Vieira - OAB/MS 4.922.

8. Processo da Comissão:

1.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010543-4

Assunto: Minuta de Resolução que dispõe sobre as normas da eleição ao cargo de Procurador-Geral de Justiça a ser realizada no ano de 2024.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

9. Assuntos Institucionais:

9.1. Apresentação do Plano Geral de Atuação – PGA, para o exercício de 2024.

9.2. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGA nº 09.2023.00011529-8 e PGA nº 09.2023.00011996-1)

9.3. Referendar as Portarias a seguir:

1. Portaria nº 5440/2023-PGJ, de 4.10.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 16 a 20.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

2. Portaria nº 5090/2023-PGJ, de 21.9.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2023.00008637-5).



3. Portaria nº 5830/2023-PGJ, 27.10.2023, concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magro Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 8 a 17.1.2024, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.000 11129-1).

4. Portaria nº 5007/2023-PGJ, de 20.9.2023, indeferiu, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silvio César Maluf, Corregedor-Geral do MP 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023. (PGA nº 09.2023.00008654-2).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE005452 DE 28.11.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00012050-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Biana Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Souza Alves & Cia Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 01/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 11.346,30 (onze mil e trezentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005452, de 28.11.2023

Amparo legal: Artigo 15, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE005453 DE 28.11.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00012075-7

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Biana Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mix Representações e Comércio em Geral Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 6.012,00 (seis mil e doze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005453 de 28.11.2023.

Amparo legal: Artigo 15, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/PGJ/2021

Processo nº PGJ/10/1542/2021 – PGA nº 09.2022.00012510-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**, representada por **Fabrizio Silva Lima**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 2/CPL/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, incisos II, e V, e no artigo 65, § 8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 6 (seis) meses, prorrogação do prazo de execução dos serviços, por mais 3 (três) meses; e o reajuste dos valores contratados, pela variação do INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Valor contratual total: R\$ 2.877.457,06 (dois milhões oitocentos e setenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

Vigência: 29.11.2023 a 15.06.2024.

Data de assinatura: 29 de novembro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****BONITO****EDITAL N.º 0007/2023/01PJ/BTO**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00009707-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 2020-9324. Os autos podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00009707-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Beneficente Hospital Darci João Bigaton

Assunto – Acompanhar o regular pagamento salarial dos servidores de enfermagem lotados na Associação Beneficente Hospital Darci João Bigaton.

Bonito, 07/11/2023

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

PEDRO GOMES**EDITAL N.º 0018/2023/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001264-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001264-9

Requerente: Anônimo

Assunto: "Apurar eventual acúmulo de cargos públicos, em tese irregular, por servidor da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de novembro de 2023.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

RIO NEGRO**EDITAL N.º 0015/2023/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011946-1

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Assunto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial, consistente na realização de visita técnica nas Delegacias de Polícia Civil de Rio Negro, Corguinho e Rochedo, no segundo semestre do ano de 2023, nos termos do art. 4º, I, da Resolução n. 20/2007, do CNMP.

Rio Negro, 14 de novembro de 2023

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça